

Esquema para furto de remédio pode ser bem mais complexo

Novas prisões de suspeitos evidenciam uma rede de operações que deve abranger outros estados

Alenita Ramirez
aleni@ramirez@rac.com.br

A Polícia Civil de Campinas intensifica as investigações sobre o furto de medicamentos de alto custo na farmácia judicial do Departamento Regional de Saúde (DRS) local. A suspeita agora é de que o crime transpõe uma oportunidade casual, indicando possivelmente um esquema mais elaborado e planejado, com ramificações que se estendem para além das fronteiras do Estado de São Paulo. Após a detenção, em 5 de janeiro, de um servidor público de 61 anos e sua família, a Delegacia de Investigações Gerais (DIG) identificou mais dois indivíduos ligados ao desvio dos medicamentos. O casal, residente em Vitória (ES), foi identificado como destinatário das encomendas, evidenciando uma rede de operações que pode abranger múltiplos estados.

Documentos apreendidos com a família detida em Campinas revelaram que os medicamentos desviados pelo servidor público foram enviados por uma companhia aérea específica até Vitória, onde o casal capixaba desempenha um papel operacional no esquema criminoso. O delegado responsável pela investigação, Elton Costa, enfatizou que a descoberta dos novos envolvidos marca uma segunda fase nas apurações.

Os novos suspeitos serão igualmente indiciados, e o delegado Costa pretende solicitar



De acordo com o delegado Costa, o furto de diversos medicamentos no DRS ocorre há pelo menos um ano

suas prisões. Costa destacou: "Estamos avançando para uma segunda fase da investigação com o objetivo de elucidar como essas pessoas que recebem os medicamentos estão envolvidas, em que contexto receberam o medicamento. Certamente, sofreram prejuízos, seja no tratamento ou mesmo prejuízo efetivo devido às condições inadequadas de conservação do medicamento".

Nos próximos dias, o delegado planeja realizar uma nova olitiva da família, oferecendo a possibilidade de delação premiada, na qual os suspeitos po-

dem receber benefícios em troca de colaboração com o Estado para obter informações adicionais sobre o crime. O servidor público, sua esposa e enteada já foram encaminhados ao Centro de Detenção Provisória (CDP) de Campinas.

Quando à perícia, os dois tipos de medicamentos apreendidos e recuperados em Campinas, após a intervenção policial, foram examinados e entregues ao DRS. Duas caixas de Venclexta 120 mg, utilizado no tratamento de leucemia e com custo estimado entre R\$ 40 mil e R\$ 60 mil por caixa, e três unidades do Sandostatín LAR 30

gm, com preço médio de R\$ 10 mil. O último, conforme explicou o delegado, é um medicamento sensível à temperatura, que precisa ser armazenado em recipiente refrigerado. Na remessa para Vitória, estava acondicionado em uma caixa de isopor. "Na perícia, observamos um comprometimento para quem recebesse esse medicamento", acrescentou Costa.

Até o momento, as 79 caixas de Pembrolizumabe, medicamento utilizado no tratamento do câncer de estômago e avaliado em cerca de R\$ 1,1 milhão, não foram localizadas. A medicação foi adquirida pe-

lo Estado em novembro do ano passado, e os policiais suspeitam que tenha sido furtada ao longo de novembro e dezembro, em pequenas quantidades pelo servidor público, que atuava há anos na farmácia judicial.

Na segunda fase da investigação, o delegado também solicitará a quebra do sigilo bancário dos investigados. Na residência do sogro da enteada do servidor, em Hortolândia, os policiais apreenderam um Jeep, adquirido recentemente pelo marido da mulher detida.

De acordo com o delegado Costa, o furto de diversos medicamentos no DRS ocorre há pelo menos um ano, mas a subtração dos medicamentos era feita de forma dissimulada, sem ser percebida. Contudo, foi descoberto pela direção da unidade judicial em 27 de janeiro, quando um paciente comparecer ao local para retirar uma caixa de Pembrolizumabe, e a funcionária constatou que o estoque virtual indicava 80 unidades, mas havia apenas uma na geladeira.

Os funcionários realizaram buscas nas imagens do sistema de monitoramento para localizar a medicação, mas sem sucesso. O boletim de ocorrência foi registrado oito dias depois no 1º Distrito Policial (DP), que conduziu uma primeira apuração e encaminhou ao Deinter-2. Em menos de 24 horas, uma força-tarefa foi montada, resultando na identificação e prisão do servidor, sua esposa e enteada.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Popular - Campinas/SP

Seção: Segurança **Caderno:** A **Página:** 16